



"Sal, luz e fermento". A tarefa dos leigos na missão da Igreja

Álvaro del Portillo

1.4.1999

Os cristãos da primeira hora, os que conviveram com Jesus e com os Apóstolos ou pertenceram às gerações seguintes, estavam conscientes da sua missão de informar com a sua fé todas as actividades que realizavam. Com palavras de Tertuliano: “o que é a alma para o corpo, assim são os cristãos no mundo”. São Josemaria, como comenta neste artigo D. Álvaro del Portillo, recordou incansavelmente na sua pregação que “É dever de todos e de cada um dos baptizados colaborar activamente na transmissão da palavra que Jesus pregou aos homens de todos os tempos”.

O encargo que um punhado de homens recebeu no Monte das Oliveiras, perto de Jerusalém, numa manhã primaveril nos anos 30 da nossa era, tinha todas as características de uma “missão impossível”.

Recebereis a virtude do Espírito Santo que descerá sobre vós e sereis minhas testemunhas em Jerusalém, em toda a Judeia, na Samaria e até aos confins do mundo (Act 1, 8). As últimas palavras pronunciadas por Cristo antes da Ascensão pareciam uma loucura. Num pequeno recanto esquecido do Império Romano, uns homens simples – nem ricos, nem sábios, nem influentes – tinham de levar a todo o mundo a mensagem de um justificado.

Menos de trezentos anos depois, uma grande parte do mundo romano tinha-se convertido ao cristianismo. A doutrina do crucificado vencera as perseguições dos poderosos, o desprezo dos sábios, a resistência a umas exigências morais que contrariavam as paixões. E, apesar dos vaivéns da história, ainda hoje o cristianismo continua sendo a maior força espiritual da humanidade. Só a graça de Deus o pode explicar. Porque a graça actuou através de uns homens que se sabiam investidos de uma missão, e a cumpriram.

Cristo não apresentou aos seus discípulos esta tarefa como uma possibilidade, mas como um “mandato imperativo”. Assim lemos em São Marcos: *Ide por todo o mundo, e pregai o Evangelho a toda a criatura. Quem crer e for batizado, será salvo; mas quem não crer, será condenado* (Mc 16, 15-16). E São Mateus recolhe as seguintes palavras de Cristo: *Ide pois e ensinai a todas as gentes batizando-as em nome do Pai, e do Filho e do Espírito Santo, ensinando-as a cumprir todas as coisas que vos mandei. Eu estarei convosco todos os dias até ao fim do mundo* (Mt 28, 19-20). São palavras que trazem à nossa memória as pronunciadas por Cristo na Última Ceia – *como Tu Me enviaste ao mundo, assim Eu os enviei ao mundo* (Jo 17, 18) -, e o Concílio Vaticano II fez delas o seguinte comentário. «Este mandato solene de Cristo de anunciar a verdade salvadora, a Igreja recebeu-o dos Apóstolos, com a missão de o levar até aos confins da terra» (1).

Tarefa de todos

Quando se fala da missão da Igreja, corre-se o risco de pensar que se trata dos que falam do altar. Mas a missão que Cristo entrega aos seus discípulos tem de ser realizada por todos os que constituem a Igreja. Todos têm, cada um de acordo com a sua condição, de cooperar de modo unânime na tarefa comum (2). «A vocação cristã – precisa o Concílio Vaticano II – é, pela sua própria natureza, vocação ao apostolado (...). Há na Igreja diversidade de funções, mas uma única missão. Cristo destinou aos Apóstolos e aos seus sucessores o ministério de ensinar, de santificar e de governar em seu próprio nome e autoridade. Mas os leigos, ao participarem da função sacerdotal, profética e real de Cristo, cumprem no mundo a sua função específica dentro da missão de todo o povo de Deus» (3). Todo o cristão é pelo Baptismo assimilado a Cristo e participa da sua missão redentora. É dever de todos e de cada um dos batizados colaborar activamente na transmissão da palavra que Jesus pregou aos homens de todos os tempos. É dever de todos e de cada um dos batizados colaborar activamente na transmissão da palavra que Jesus pregou aos homens de todos os tempos.

A dimensão apostólica da vocação cristã esteve sempre presente na vida da Igreja; mas houve um longo período em que a realização dessa missão salvadora parecia estar reservada a uns poucos cristãos; o resto, os outros, eram apenas sujeitos passivos dessa missão. O Concílio Vaticano II procurou neste campo um retorno aos princípios, sublinhando a universalidade da chamada ao apostolado, que constitui não só uma possibilidade entre outras, mas um autêntico dever: «Foi imposta, portanto, a todos os fiéis a gloriosa tarefa de se esforçarem para que a mensagem divina da salvação seja conhecida e aceite por todos os homens de qualquer lugar da terra» (4).

Onde só os leigos chegam

Mas aos leigos corresponde alguma parcela concreta dessa missão? O Concílio Vaticano II já tinha dado algumas orientações precisas. Os fiéis correntes – lê-se na Constituição *Lumen Gentium* - «são chamados por Deus para contribuir, como fermento, para a santificação do mundo, no exercício das suas tarefas, guiados pelo espírito evangélico, e assim manifestam Cristo aos que com eles convivem, principalmente com o testemunho da sua vida e com o fulgor da sua fé, esperança e caridade» (5). E mais adiante: «Os leigos estão particularmente chamados a tornar presente e operante a Igreja nos lugares e condições onde ela não pode ser sal da terra senão através deles» (6). Quer dizer que, num hospital, a Igreja não está só presente pelo capelão: também actua através dos fiéis que, como médicos e enfermeiros, procuram prestar um bom serviço profissional e aos doentes uma esmerada atenção humana. Num bairro, a igreja será sempre um ponto de referência indispensável: mas o único modo de chegar aos que não a frequentam será através de outras famílias.

A Exortação Apostólica *Christifideles Laici*, recolhendo o trabalho realizado no Sínodo de 1987, aprofundou esta doutrina. Referindo-se à missão dos leigos, o Papa recordava os perigos que poderiam apresentar-se ao procurar defini-la: «a tentação de mostrar um exclusivo interesse pelos serviços e tarefas eclesiais, de forma a chegarem frequentemente a uma prática abdicação das suas responsabilidades específicas no mundo profissional, social, económico, cultural e político; e a tentação de legitimar a indevida separação entre a fé e a vida, entre a aceitação do Evangelho e a acção concreta nas mais variadas realidades temporais e terrenas» (7). Perante estes dois extremos, o Papa advertia que o que distingue os leigos é “a índole secular”, pois Deus chamou-os para que «se santifiquem no matrimónio ou no celibato, na família, na profissão e nas várias actividades sociais» (8).

Deste modo o Sínodo procurou evitar o duplo risco apontado pelo Papa: ao estimular a tarefa dos leigos nos assuntos temporais, sobressaía a tentação de um recuo das estruturas da Igreja, perante uma sociedade hostil ou indiferente; e ao pedir uma forte coerência entre fé e a vida, quer impedir a dissolução da identidade cristã. Ora, para ser sal da terra, é necessário estar no mundo, mas também não se tornar insípido.

A missão específica dos leigos fica assim descrita: trata-se de levar a mensagem de Cristo a todas as realidades terrenas – a família, a profissão, as actividades sociais... - e, com a ajuda da graça, convertê-las em ocasiões de encontro de Deus com os homens.

Os primeiros cristãos

No entanto, não corresponderia à realidade se se considerasse tudo o que até agora foi exposto como uma novidade posterior ao Concílio Vaticano II. Os cristãos da primeira hora, os que conviveram com Jesus e com os Apóstolos ou pertenceram às gerações seguintes, estavam conscientes da sua missão. A conversão levava-os a um maior empenho no cumprimento dos deveres que correspondia à sua posição no mundo. Tertuliano, por exemplo, escreve: «Vivemos como os outros homens; não passamos sem a praça, o talho, os banhos, as lojas, os alfaiates, as hospedarias, as feiras e tantos outros comércios. Convosco também navegamos, convosco somos soldados, lavramos o campo, dedicamo-nos ao comércio, exercitamos os nossos ofícios e expomos para vosso uso as nossas obras» (9).

E num venerável documento da antiguidade cristã lemos: «os cristãos não se distinguem dos outros homens pela sua terra, nem pelo seu falar, nem pelos seus costumes: porque não habitam em cidades exclusivamente suas, nem falam uma língua estranha, nem levam um género de vida diferente dos restantes (...). Habitam em cidades gregas ou bárbaras, de acordo com a sorte de cada um, e adaptando-se à forma de vestir, de comer, e ao modo de vida, aos usos e costumes do país, com uma conduta peculiar que é admirável e, segundo declaração de todos, surpreendente» (10). O que pouco mais adiante se escreve nesse documento, far-nos-á compreender que, permanecendo no seu lugar, os primeiros cristãos tinham mudado notavelmente de conduta. «Casam-se como todos; como todos têm filhos, mas não abandonam os que nascem (...), estão na carne, mas não vivem segundo a carne, passam o tempo na terra, mas têm a sua cidadania no Céu. Obedecem às leis estabelecidas, mas com a sua vida superam as leis (...). Para dizê-lo brevemente, o que é a alma para o corpo, assim são os cristãos no mundo» (11).

Como consequência dessa atitude e da sua zelosa actividade apostólica, o cristianismo estendeu-se, em pouco tempo, de um modo assombroso: indubitavelmente aqueles nossos irmãos contavam com a graça de Deus, mas, junto com isso, sabemos que a sua resposta foi sempre heróica: não só perante o tormento, mas também em todos os momentos da vida. Não estranha portanto que o próprio Tertuliano pudesse escrever: «Somos de ontem e já enchemos o orbe e todas as vossas coisas: as cidades, as ilhas, os povoados, as vilas, as aldeias, o exército, o palácio, o senado, o foro. Só os vossos templos vos deixamos» (12).

O espírito do Opus Dei

Permitam-me agora uma digressão que me parece justa. A chamada universal à

santidade e ao apostolado, tão clara nos primeiros cristãos e recordada pelo último Concílio (13), é uma das realidades que está na base do espírito do Opus Dei. Desde 1928 o seu Fundador, o Servo de Deus Josemaria Escrivá (proclamado Beato por João Paulo II no dia 17 de Maio de 1992), não cessou de repetir que a santidade e o apostolado eram um direito e um dever de todo o baptizado. Assim, por exemplo, escrevia em 1934: «Tens obrigação de te santificar. – Tu também! – Quem pensa que é tarefa exclusiva de sacerdotes e religiosos? A todos, sem excepção, disse o Senhor: “Sede perfeitos, como Meu Pai celestial é perfeito”» (14). E, referindo-se ao apostolado, escreve: «Vim trazer fogo à Terra, e que quero senão que se ateie?» – Bem vês: quase tudo está apagado... Não te animas a propagar o incêndio?» (15).

Neste campo pode-se pois justamente considerar Josemaria Escrivá como pioneiro dos ensinamentos do Concílio Vaticano. Afirmava-o claramente o Cardeal Polleti no Decreto de Introdução da Causa de Beatificação do Fundador do Opus Dei com as seguintes palavras: «Por haver proclamado a vocação universal à santidade, desde que fundou o Opus Dei em 1928, Josemaria Escrivá foi unanimemente reconhecido como um precursor do Concílio, precisamente no que constitui o núcleo fundamental do seu magistério, tão fecundo para a vida da Igreja» (16).

Com o exemplo e com a palavra

Num mundo cada vez mais materializado, o trabalho do cristão do século XX assemelha-se ao que tiveram de realizar os primeiros discípulos de Cristo. Como eles, terão de transmitir a Boa Nova com o seu exemplo e com a sua palavra.

Nunca poderemos conhecer completamente nesta vida os efeitos da nossa actuação nas pessoas que estiveram à nossa volta. Há uma primeira e essencial obrigação para qualquer cristão: actuar de acordo com a sua fé, ser coerente com a doutrina que professa. *Vós sois a luz do mundo. Não pode ocultar-se uma cidade situada sobre um monte; nem se acende uma candeia para a colocar debaixo do alqueire, mas no candelabro, a fim de que dê luz a todos os que estão em casa. Assim brilhe a vossa luz diante dos homens, para que, vendo as vossas boas obras, glorifiquem o vosso Pai que está nos céus* (Mt 5, 14-16).

Não obstante, o exemplo não chega. «Este apostolado não consiste só no testemunho de vida. O verdadeiro apóstolo procura ocasiões para anunciar Cristo com a sua palavra, quer aos não crentes, para os levar à fé; quer aos fiéis, para os instruir, confirmá-los e estimulá-los a um maior fervor de vida» (17).

Isto não é uma questão para “especialistas”. O Concílio Vaticano II lembrou a

obrigação que os leigos têm de fazer apostolado individualmente. «O apostolado individual, que deriva com abundância da fonte de uma vida verdadeiramente cristã (cfr. Jo 4, 14), é origem e condição de todo o apostolado dos leigos, mesmo do apostolado associado, nem nada o pode substituir.

A este apostolado, sempre e em toda a parte proveitoso e em certas circunstâncias o único conveniente e possível, são chamados e, por isso, obrigados, todos os leigos, de qualquer condição, ainda que não se lhes proporcione ocasião ou possibilidade de cooperar nas associações» (18).

As ocasiões em que esse apostolado se pode realizar são inumeráveis: na realidade, toda a vida tem de ser um contínuo apostolado. Gostaria de centrar-me em duas das circunstâncias que constituem os eixos da vida da maioria das pessoas: o trabalho e a família.

Através do trabalho profissional

Entre os diversos motivos que fazem os homens relacionar-se e estabelecer amizades, encontra-se sem lugar para dúvidas o exercício da sua profissão. Poderia parecer que o âmbito do apostolado é reduzido, mas não se deve esquecer que, normalmente, é aí onde se estabelecem relações profundas de confiança, que – em muitas ocasiões – permitirão ajudar de forma decisiva as pessoas com quem agora se relacionam.

Alguns trabalhos – penso, por exemplo, nos relacionados com a docência ou com os meios de comunicação social – constituem uma oportunidade de transmitir ideias a centenas de milhares de pessoas. Mas seria um erro pensar que só essas pessoas podem ser ocasião de apostolado; em qualquer ocupação, em qualquer circunstância, o cristão deve ajudar a que os outros dêem um sentido cristão à sua vida. Em geral, não será necessário fazer grandes discursos, mas somente realizar o que o Fundador do Opus Dei chamava “apostolado de amizade e confiança” e que descrevia nos seguintes termos: «Essas palavras deslizadas tão a tempo ao ouvido do amigo que vacila; a conversa orientadora que soubeste provocar oportunamente; e o conselho profissional que melhora o seu trabalho universitário; e a discreta indiscrição, que te faz sugerir-lhe imprevistos horizontes de zelo ... Tudo isso é “apostolado de confiança”» (19).

Este empenho converte-se em interesse real por cada pessoa e orienta-se normalmente na conversa pessoal dos amigos. «O apostolado cristão – e refiro-me agora nomeadamente ao de um cristão corrente, ao do homem ou da mulher que vive realmente como outro qualquer entre os seus iguais – é uma grande catequese, em que, através de uma amizade leal e autêntica, desperta nos outros a fome de Deus, ajudando-os a descobrir novos horizontes: - com

naturalidade, com simplicidade, como já disse, com o exemplo de uma fé bem vivida, com a palavra amável mas cheia da força da verdade divina» (20).

Um empenho apostólico que, através da iniciativa livre e responsável dos cristãos, se manifestará também no esforço por conseguir que as estruturas sociais facilitem aos outros a aproximação a Deus. Realizar-se-á dessa maneira a animação cristã da ordem temporal que, como vimos, o Concílio considera missão característica dos leigos. Neste contexto, podem entender-se as chamadas que, na Exortação Apostólica *Christifideles Laici*, o Papa dirigiu aos leigos empenhados na ciência e na técnica, na medicina, na política, na economia e na cultura, (21) para que não abdicuem da sua responsabilidade de fazerem um mundo mais humano e, portanto, mais cristão.

Para isso contam com as inspirações e princípios que lhes oferece a doutrina social da Igreja. Mas essa doutrina só se fará vida através dos homens e mulheres que, em Wall Street ou numa pequena loja de bairro, concebam o seu trabalho como algo mais que uma fonte de lucros ou um meio de subir: através do cidadão que, na cidade ou nas associações de condomínios, se preocupem por tornar mais acolhedora a sociedade; através dos intelectuais que, na universidade e na escola, criem cultura com sentido cristão.

Começar pela família

Juntamente com o apostolado e o trabalho – a profissão de cada um -, ocupa um lugar fundamental o que se realiza na família. No caso dos pais, esse é o seu primeiro campo de apostolado, o lugar onde Deus os colocou para realizarem uma tarefa insubstituível: a educação dos filhos.

A família é «a célula primeira e vital da sociedade» (22), e da sua saúde ou doença dependerá a saúde ou doença de todo o corpo social. A sociedade será mais fraterna, se os homens aprenderem na família a sacrificar-se uns pelos outros. Haverá mais tolerância e respeito nas relações humanas, na medida em que os pais e os filhos se compreendam. A lealdade ganhará terreno na vida social, se também se valorizar a fidelidade entre os cônjuges. E o materialismo baterá em retirada, quando o objectivo da felicidade familiar não seja o consumo crescente.

No que se refere à atenção dos filhos, importa recordar de novo o papel primordial do exemplo. João Paulo II, numa das poucas ocasiões em que falou de si mesmo, comentava referindo-se a seu pai: «Meu pai foi uma pessoa admirável e quase todas as minhas recordações de infância e adolescência referem-se a ele (...). O simples facto de o ver ajoelhar-se teve uma influência decisiva nos

meus anos de juventude. Era tão severo consigo próprio, que não necessitava de o ser com o seu filho: bastava o seu exemplo para ensinar a disciplina e o sentido do dever» (23). E o Cardeal Luciani – depois João Paulo I – escrevia: «O primeiro livro de religião que os filhos lêem são os seus pais. É bom que um pai diga a seu filho: “Agora está na Igreja um confessor! Não achas que poderias aproveitar a oportunidade? Mas é muito melhor se fala deste modo: “Vou à Igreja confessar-me! Queres vir comigo?”» (24). O exemplo oferecido nas mais diversas facetas da vida – de lealdade aos amigos, de laboriosidade, de sobriedade e temperança, de alegria perante as contrariedades, de preocupação pelos outros, de generosidade... - ficará gravado de forma indelével nas almas dos filhos.

E, com o exemplo, a atenção generosa à sua educação. «O negócio que mais deveis cuidar – costumava dizer o Fundador do Opus Dei aos empresários – é a formação dos vossos filhos». Uma educação que será eficaz se os pais souberem fazer-se amigos dos seus filhos; se eles, desde pequenos, se acostumam a confiar neles, a abrir-lhes o seu coração quando têm alguma dificuldade. São Tomás Moro escrevia: «De regresso a casa, tenho de falar com a mulher, brincar com os filhos, trocar impressões com os criados. Tudo isto faz parte da minha vida e tenho de o fazer, deve fazê-lo, a não ser que queira ser um estranho na minha própria casa. Temos de nos entregar àqueles que a natureza, o destino ou nós próprios, escolhemos como companheiros» (25).

O ritmo da vida moderna parece não favorecer esta dedicação. Cada vez mais temos de tudo excepto tempo. E os pais correm o risco de serem absorvidos pelo trabalho, mesmo com o nobre desejo de assegurar o melhor futuro possível para os filhos. Mas este futuro dependerá mais do tempo que se lhes dedicou do que do conforto que se lhes ofereceu. E assim, quando os filhos se queixam, não é por aquilo que os pais não lhe deram, mas porque não souberam dar-se eles próprios.

Família aberta aos outros

Isto já é muito, mas não é tudo. Um cristão consciente da sua missão de ser fermento, não pode conformar-se com a atenção aos seus. Certamente, num mundo competitivo e duro, é normal o desejo de procurarem na sua família o afecto e a segurança que muitas vezes falta fora. Como também é compreensível que, perante os diversos tipos de família que existem hoje na sociedade, os pais cristãos procurem proteger e cultivar o que é seu. Mas a família cristã é uma família “aberta”.

«A família – dizia Paulo VI – do mesmo modo que a Igreja, deve ser um espaço onde o Evangelho é transmitido e de onde este irradia (...). Uma família assim

torna-se evangelizadora de muitas outras famílias e do ambiente onde vive» (26). O exemplo de uma família cristã que, com as suas limitações e dificuldades, procura viver o seu ideal, é sempre atractiva, inclusive humanamente falando. Sobretudo se essa família está aberta à amizade com outras – parentes, colegas, vizinhos, amigos dos filhos -, animada com um espírito apostólico. Deste modo, se tornará realidade o ideal que indicava João Paulo II ao dizer que a «Igreja doméstica (a família) está chamada a ser um sinal luminoso da presença de Cristo e do seu amor mesmo para ao “afastados”, para as famílias que não crêem e para as famílias cristãs que não vivem de acordo com a fé recebida» (27).

Além disso, toda a família está sujeita às influências exteriores, que provêm das leis, da escola ou da opinião pública. Daí que, tanto para proteger a sua família como para ajudar as outras, um cristão deve-se preocupar que na sociedade exista um clima favorável à instituição familiar.

«As famílias – lê-se na Exortação Apostólica *Familiaris Consortio*, - devem ser as primeiras a procurar que as leis e instituições do estado não só não ofendam, mas que apoiem e defendam os direitos e deveres da família. Nesse sentido, as famílias devem crescer na consciência de ser “protagonistas” da chamada “política familiar”, e assumir a responsabilidade de transformar a sociedade» (28).

Face a uma nova evangelização

Os primeiros cristãos souberam transformar a sua sociedade, empenhando-se no serviço do mandato de Cristo: *Eles tendo partido, pregaram por toda a parte, cooperando com eles o Senhor e confirmando a palavra com os prodígios que a acompanhavam* (Mc 16, 20).

Às portas do terceiro milénio, perante uma sociedade que parece fugir loucamente de Deus, nós, os cristãos deste século, fomos chamados a realizar uma nova evangelização «em e a partir das ocupações civis, materiais, seculares da vida. Deus espera-nos todos os dias: no laboratório, na sala de operações, no quartel, na cátedra universitária, na fábrica, na oficina, no campo, no lar e em todo o imenso panorama do trabalho. Ficai a sabê-lo: escondido nas situações mais comuns, há algo de santo, de divino, que cabe a cada um de vós descobrir» (29).

E, com palavras de João Paulo II, «isto só será possível se os fiéis leigos souberem superar em si mesmos a fractura entre o Evangelho e a vida, recompondo na sua actividade diária, na família, no trabalho e na sociedade a unidade de vida que encontra no Evangelho inspiração e força para se realizar com plenitude» (30). O mundo espera cristãos sem fissuras, cristãos de uma só

peça. Com falhas, com erros, mas com vontade firme de rectificar as vezes que forem necessárias e seguir em frente no caminho que, pela mão da Virgem Maria, nos leva ao Pai através de Cristo, Caminho, Verdade e Vida.

D. Álvaro del Portillo

Notas:

1. Concílio Vaticano II, Const. Dogm. *Lumen Gentium*, n. 17
2. Concílio Vaticano II, Const. Dogm. *Lumen Gentium*, n. 30
3. Concílio Vaticano II, Dec. *Apostolicam Actuositatem*, n. 2
4. Concílio Vaticano II, Dec. *Apostolicam Actuositatem*, n. 3
5. Concílio Vaticano II, Const. Dogm. *Lumen Gentium*
6. Concílio Vaticano II, Const. Dogm. *Lumen Gentium*, n. 33
7. *Ibid.* n. 15
8. *Ibid.* n. 15
9. Tertuliano, *Apologético*, n. 42
10. *Epístola a Diogneto*, 5
11. *Ibid.*
12. Tertuliano, *Apologético*, n.1
13. João Paulo II escreveu: «Esta chamada universal à santidade foi a consigna fundamental confiada a todos os filhos da Igreja por um Concílio convocado para a renovação evangélica da vida cristã. Trata-se de uma consigna que não é uma simples exortação moral, mas uma indeclinável exigência do mistério da Igreja» (João Paulo II. Exort. apost. *Christifideles Laici*, n.16).
14. Josemaria Escrivá, *Caminho*, n. 291
15. *Ibid.* n. 801
16. Cardeal Hugo Polleti, *Decreto de Introdução da Causa de Beatificação do Servo de Deus Josemaria Escrivá de Balaguer y Albás.*
17. Concílio Vaticano II, *Apostolicam Actuositatem*, n. 6
18. *Ibid.* n. 16
19. Josemaria Escrivá, *Caminho*, n. 973
20. Josemaria Escrivá, *Cristo que passa*, n. 149
21. Cfr. João Paulo II, Exort. apost. *Christifideles Laici*, nn. 38, 42-44
22. Conc. Vaticano II, Decreto *Apostolicam Actuositatem*, n. 11
23. André Frossard, *Não Tenham Medo*, Lisboa, Europa-América.
24. Cardeal Albino Luciani, *Ilustríssimos Senhores*, Lisboa, Cidade Nova.
25. S. Tomás Moro, *Utopia*, Introdução.
26. Paulo VI, Exort. apost. *Evangelii Nuntiandi*, n. 712; citado por João Paulo II na *Familiaris Consortio*, n. 52.
27. João Paulo II, Exort. apost. *Familiaris Consortio*, n. 54.
28. João Paulo II, Exort. apost. *Familiaris Consortio*, n. 44.

29. Josemaria Escrivá, *Temas Actuais do Cristianismo*, n. 114
30. João Paulo II, Exort. apost. *Christifidelis Laici*, n. 34.

***Mundo Cristiano*, Madrid, Abril de 1999**